

GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES
E EMPRESAS

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores do
Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas ("GIFE") em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para pequenas e médias empresas" e Entidade sem finalidade de lucros - ITG 2002(R1).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Grupo de Institutos, Fundações e Empresas ("GIFE"), de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de abril de 2026.

GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS

Balço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

Ativo	Passivo e patrimônio líquido						
	Nota	2025	2024	Nota	2025	2024	
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.762.795	10.760.909	Fornecedores	10	66.877	186.192
Recursos vinculados a projetos e convênios	5	1.076.996	1.870.970	Obrigações sociais e trabalhistas	11	635.030	372.755
Fundo Patrimonial	6	2.274.431	1.919.021	Impostos e contribuições retidos na fonte e a recolher	12	25.315	3.084
Outros créditos	7	136.203	51.921	Projetos vinculados a executar	13	4.121.570	4.283.529
Despesas antecipadas	8	89.843	38.381	Adiantamentos de associados	14	2.320.146	2.445.992
Total do ativo circulante		18.340.268	14.641.202			7.168.938	7.291.552
Não circulante				Patrimônio líquido	16		
Realizável a longo prazo				Patrimônio social		15.389.333	8.767.152
Fundo Patrimonial	6	9.097.722	7.676.082	Superávit acumulado		5.305.148	6.622.181
Imobilizado	9	425.429	363.601			20.694.481	15.389.333
		9.523.151	8.039.683				
Total do ativo		27.863.419	22.680.885	Total do passivo e patrimônio líquido		27.863.419	22.680.885

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	Nota	2025	2024
Receitas operacionais			
Atividades			
Contribuições associativas	18	6.203.076	4.143.740
Apoio Institucional	19.a	2.033.403	8.100.934
Receita de projetos e convênios - Restrito	19.b	4.776.468	1.090.948
Prestação de Serviços, líquido	19.c	2.721.546	38.218
Outras receitas operacionais		18.500	806
Trabalho voluntário	23	54.394	41.391
Receita Financeira	22	3.457.201	1.904.290
Total		19.264.588	15.320.327
Custos			
Custo com pessoal	20	(3.744.083)	(3.059.230)
Custos gerais com projetos e convênios	21	(7.200.601)	(3.226.355)
Trabalho voluntário	23	(52.046)	(39.399)
Custo tributário		(183.718)	(125.704)
Custo financeiro	22	(28.150)	(64.085)
Total dos custo		(11.208.598)	(6.514.773)
Resultado Bruto		8.055.990	8.805.554
Despesas operacionais e administrativas			
Despesas com pessoal	20	(1.078.624)	(1.117.177)
Despesas gerais com eventos	21	(1.004.551)	(830.064)
Despesas com depreciação		(56.614)	(54.018)
Trabalho voluntário	23	(2.348)	(1.992)
Despesas tributárias		(77.220)	(23.616)
Despesas financeiras	22	(531.485)	(154.135)
Total das despesas		(2.750.842)	(2.181.002)
Outras despesas operacionais		-	(2.371)
Superávit do exercício		5.305.148	6.622.181

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	2025	2024
Superávit do exercício	5.305.148	6.622.181
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>5.305.148</u>	<u>6.622.181</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.424.457	3.342.695	8.767.152
Incorporação do superavit do exercicio	3.342.695	(3.342.695)	-
Superávit do exercício	-	6.622.181	6.622.181
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.767.152	6.622.181	15.389.333
Incorporação do superavit do exercicio	6.622.181	(6.622.181)	-
Superávit do exercício	-	5.305.148	5.305.148
Saldo em 31 de dezembro de 2025	15.389.333	5.305.148	20.694.481

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	5.305.148	6.622.181
Ajustes por:		
Depreciação	56.614	54.018
Variação nos ativos e passivos		
Redução / (aumento) nos ativos em		
Recursos vinculados a projetos	793.974	(1.385.992)
Outros créditos	(84.282)	(38.527)
Despesas antecipadas	(51.462)	7.833
(Redução) / Aumento nos passivos em		
Projetos vinculados a executar	(161.959)	2.073.696
Obrigações fiscais a recolher	22.231	1.611
Fornecedores e outras contas a pagar	(119.315)	135.668
Obrigações sociais e trabalhistas	262.275	(30.494)
Adiantamento de associados	(125.846)	722.361
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	<u>5.897.378</u>	<u>8.162.355</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(118.442)	(4.789)
Outros investimentos	(1.777.050)	(5.728.738)
Fluxo de caixa utilizados nas atividades de investimento	<u>(1.895.492)</u>	<u>(5.733.527)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>4.001.886</u></u>	<u><u>2.428.828</u></u>
Caixa equivalente de caixa em 1º de janeiro	10.760.909	8.332.081
Caixa equivalente de caixa em 31 de dezembro	14.762.795	10.760.909
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>4.001.886</u></u>	<u><u>2.428.828</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações **(Em Reais)**

1 Contexto Operacional

O GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (“GIFE” ou “Entidade”), constituído em 26 de maio de 1995, é uma associação civil sem fins lucrativos, que reúne organizações de origem empresarial, familiar, independente e comunitária, as quais investem em projetos com finalidade pública. Sua missão é aperfeiçoar e difundir conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum, contribuindo assim para a promoção do desenvolvimento sustentável do Brasil, por meio do fortalecimento político-institucional e do apoio à atuação estratégica dos investidores sociais privados.

Os recursos financeiros para manter a estrutura e atividades da organização advém fundamentalmente das contribuições recebidas de associados, do resultado gerado pelos seus ativos financeiros, dos recursos financeiros captados por meio de doações e patrocínios com fundações e outras organizações, além de receitas da pesquisa organizacional e de inscrições de eventos.

2 Apresentação das Demonstrações financeiras

a. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e ITG 2002 (R1) Entidades sem finalidade de lucros.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Fiscal em 28 de abril de 2026.

Detalhes sobre as políticas da Entidade estão apresentadas na nota explicativa 3.

b. Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis, durante a revisão dos controles internos de monitoramento e avaliação dos processos de análise das demonstrações, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para atender a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras, bem como na experiência da Administração.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente, conforme nossa Política de critérios para classificação de receitas, custos e despesas na gestão financeira do GIFE.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Entidade requer a mensuração de valor justo, para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Entidade.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Entidade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação.

- **Nível 1** – A melhor evidência do valor justo é o preço cotado para ativo idêntico (ou ativo similar) em mercado ativo. Este normalmente é o preço corrente de compra;
- **Nível 2** - Quando os preços cotados estão indisponíveis, o preço de contrato de venda fechado ou transação recente para ativo idêntico ou similar em transação em bases usuais de mercado entre partes conhecedoras e interessadas fornece evidência de valor justo;
- **Nível 3** – Se o mercado para o ativo não está ativo e quaisquer contratos de venda fechados ou as transações recentes envolvendo ativo idêntico (ou ativo similar) por si só não são uma boa estimativa de valor justo, a entidade deve estimar o valor justo utilizando outra técnica de mensuração.

A Entidade reconhece as transferências entre níveis de hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 24.

3 Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros que se enquadram nos critérios de custo amortizado estão representados na rubrica Outros Créditos, sendo mensurados pelo valor original deduzido de eventuais provisões para perdas, conforme detalhado na Nota Explicativa 7.

(ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e Recebíveis

Empréstimos e Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. As aplicações financeiras possuem risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Essas aplicações são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Recursos vinculados a projetos e convênios

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos e convênios para fazer frente às obrigações desses projetos e convênios.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos:

- Fornecedores
- Projetos vinculados a executar
- Adiantamento de associados.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2025 e 2024, incluindo operações de *hedge*.

b. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Abaixo vidas úteis estimadas do ativo imobilizado da seguinte forma:

Máquinas, equipamentos e instalações	10 anos
Equipamentos de informática e comunicação	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Imóveis	25 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada de data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

c. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de balanço para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

d. Provisões e passivo circulante

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

O passivo circulante é demonstrado pelo valor e conhecido ou calculável acrescido, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

e. Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço.

f. Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

g. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As contribuições associativas são reconhecidas no resultado do ano a que se referem.

(i) Contribuições

As receitas de contribuições são reconhecidas contabilmente de acordo com os contratos firmados com financiadores adotando o critério da competência, utilizando-se como base os contratos assinados e as despesas incorridas.

(ii) Donativos

As doações para financiar os custos da Entidade são reconhecidas no resultado do exercício para o qual o recurso foi destinado pelo associado. Os valores recebidos por doações e empregados nos projetos são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a convênios e a crédito de gastos a incorrer em convênios no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorre o empenho dos valores recebidos de terceiros em convênio e as despesas são reconhecidas, no mesmo momento as receitas com convênio são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida ao débito de projetos vinculados a executar no passivo circulante.

(iii) Gratuidades

As receitas com gratuidades são reconhecidas contabilmente de acordo com o benefício de desconto firmado entre os fornecedores ou prestadores de serviços e a Entidade, adotando o critério de competência.

(iv) Voluntariado

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício.

h. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

i. Gerenciamento de risco financeiro

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 25.

4 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e as aplicações financeiras são constituídas conforme abaixo:

	2025	2024
Caixa e banco conta movimento	503	2
Certificado de depósitos bancários / Cotas de fundo de investimento (a)	14.762.292	10.760.907
Caixa e equivalentes de caixa	14.762.795	10.760.909

Estão substancialmente compostas por aplicações em cotas de fundos de investimentos renda fixa de curto prazo, administrados pelos bancos Itaú Unibanco S/A e Banco Bradesco S/A, com variação das taxas de juros pós-fixadas (Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI) e Certificado de Depósitos Bancários (CDB), remuneradas, em 2025 a taxa de 96% a 100% do CDI do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5 Recursos vinculados a projetos e convênios

	2025	2024
Aplicações financeiras - recursos com projetos e convênios (a)	1.076.996	1.870.970
	1.076.996	1.870.970

Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos de parceiros que serão utilizados exclusivamente nos projetos a que estão vinculados.

- (a) As aplicações financeiras referem-se a títulos em renda fixa representados por Certificados de Depósitos Bancários-CDBs, remuneradas, em 2025 a taxa de 96% a 100% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6 Fundo Patrimonial

	2025	2024
CDB DI	11.372.153	9.595.103
	11.372.153	9.595.103

Conforme definido no Estatuto, o GIFE constituiu um fundo patrimonial destinado a assegurar a perpetuidade da Entidade, sendo gerido de forma independente em relação ao custeio das operações ordinárias. O Fundo não poderá ser destinado a cobrir despesas ordinárias de custeio, salvo se precedido de autorização do Conselho de Governança que, todavia, não poderá autorizar o uso superior a 20% dos seus recursos no mesmo mandato.

O Fundo Patrimonial foi formado por contribuições específicas de associados e totalizava, em 31 de dezembro de 2025, o saldo de R\$ 11.372.153 (R\$ 9.595.103 em 2024). Em 2024 é composto por Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e liquidez diária junto ao Banco Bradesco S.A., remuneradas a 96% a 100%. Durante o ano de 2025, houve uma reestruturação na gestão das aplicações financeiras da instituição. Para assegurar maior diversificação e performance, implementamos uma nova política interna, fundamentada em um comitê técnico, e contamos com a assessoria da gestora Wright Capital. A nova estratégia reflete uma carteira diversificada em diferentes modalidades de investimento, garantindo maior resiliência ao fundo patrimonial frente às oscilações de mercado

7 Outros créditos

	2025	2024
Adiantamento de salários	23.622	19.838
Impostos a recuperar	507	507
Contas a Receber	112.074	31.576
	136.203	51.921

8 Despesas antecipadas

	2025	2024
Seguros a Vencer	8.593	5.126
Outras Despesas Antecipadas	81.250	33.255
	89.843	38.381

9 Imobilizado

	Imobilizado Custo	Depreciação Acumulada	2025	2024
Máquinas e Equipamentos	55.326	(28.585)	26.741	30.986
Móveis e Utensílios	180.789	(118.362)	62.427	79.068
Instalações	235.815	(106.012)	129.803	83.813
Instalações Telefônicas	8.987	(8.987)	-	217
Imóveis	419.085	(281.427)	137.658	141.143
Computadores e periféricos	152.425	(83.625)	68.799	28.375
	1.052.427	(626.998)	425.429	363.601

Movimentação do Imobilizado - Custo	2024	Adições	Baixa	2025
Máquinas e Equipamentos	54.571	755	-	55.326
Móveis e Utensílios	180.789	-	-	180.789
Instalações	173.315	62.500	-	235.815
Instalações Telefônicas	8.987	-	-	8.987
Imóveis	419.085	-	-	419.085
Computadores e periféricos	110.723	55.187	(13.485)	152.425
	947.470	118.442	(13.485)	1.052.427

Movimentação do Imobilizado- Depreciação Acumulada	2024	Baixas	Depreciação	2025
Máquinas e Equipamentos	23.585	-	5.000	28.585
Móveis e Utensílios	101.721	-	16.640	118.361
Instalações	89.502	-	16.510	106.012
Instalações Telefônicas	8.771	-	217	8.988
Imóveis	277.942	-	3.485	281.427
Computadores e periféricos	82.347	(13.485)	14.763	83.625
	583.869	(13.485)	56.614	626.998

10 Fornecedores

	2025	2024
Contas a pagar	52.105	174.051
Cartão de crédito	14.772	12.141
	66.877	186.192

Em 2025, o valor é composto pela provisão de fornecedores em dezembro/2025 pagos em janeiro de 2026, sendo ligados a atividades da operação administrativa e de infraestrutura da organização.

11 Obrigações Sociais e Trabalhistas

	2025	2024
Salários a pagar	-	814
Inss a recolher	78.044	-
Irrf folha a recolher	89.119	-
Pis a recolher	2.442	-
Provisão de férias	346.009	276.536
Encargos sobre férias	119.416	95.405
	635.030	372.755

12 Impostos e Contribuições retidos na fonte e a recolher

	2025	2024
Irrf retido terceiros	3.094	-
Csrf retido terceiros	9.624	-
Itcmd	12.480	3.084
Cofins a Recolher	117	-
	25.315	3.084

13 Projetos vinculados a executar

A seguir apresentamos os projetos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade bem como os montantes utilizados na execução dos convênios (aplicados).

Movimentação dos recursos vinculados à projetos

Saldos em 31/12/2024	Valores recebidos	Trans- ferencias	Recurso aplicado	Saldos em 31/12/2025
26.975	-	-	-	26.975
1.128.332	4.065.015	-	5.193.347	-
86.745	-	-	84.973	1.772
60.344	-	383	60.726	0
116.675	108.428	-	95.494	129.609
56.900	-	-	2.303	54.597
138.302	182.123	-	207.790	112.635
547	-	-	-	547
3.231	-	5.086	8.316	-
9.833	-	-	2.452	7.381
7.602	-	(6.371)	1.232	-
22.705	905.855	-	928.560	-
136.378	330.528	-	195.343	271.563
-	45.000	217.103	262.103	-
74.030	77.115	-	78.623	72.523
-	624.000	-	296.623	327.377
-	-	1.192	1.192	-
-	20.000	504	20.504	-
2.370	14.000	14.774	31.144	-
-	150.000	-	110.225	39.775
-	32.240	-	-	32.240
1.870.970	6.554.303	232.671	7.580.949	1.076.996
2.410.291	2.663.355	(235.571)	1.793.501	3.044.574
2.268	-	2.900	5.168	0
2.412.559	2.663.355	(232.671)	1.798.669	3.044.574
4.283.529	9.217.658	-	9.379.618	4.121.570

- **Valores recebidos** - referem-se aos montantes recebidos ou captados para a realização dos projetos e/ou eventos.
- **Recurso aplicado** - referem-se às receitas consumidas pelos projetos e/ou eventos ao longo do exercício social.

14 Adiantamento de Associados

	2025	2024
Contribuição de Associados	2.320.146	2.445.992
	2.320.146	2.445.992

Em 2025 e 2024, parte dos associados da Entidade optou pelo pagamento antecipado de suas contribuições associativas anuais, gerando os saldos supracitados.

15 Provisão para Contingências

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível.

A Entidade, por meio da posição dos seus assessores jurídicos, não é parte envolvida em quaisquer processos, sejam de natureza trabalhista, cível ou fiscal, que devam estar registrados ou divulgados nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

16 Patrimônio Líquido

Representa o patrimônio líquido inicial da Entidade é constituído do patrimônio social, reduzido dos déficits ou acrescido dos superávits apurados anualmente desde a data de sua constituição.

Em caso de dissolução, qualificada nos termos da Lei 9.790, de 23 de março de 1999, o patrimônio líquido da Entidade deverá necessariamente ser destinado a outra instituição qualificada nos termos da mesma lei, preferencialmente com o mesmo objeto social.

17 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

- Imposto de renda da Pessoa Jurídica (IRPJ)
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
- COFINS sobre as receitas próprias

Sobre as receitas da Entidade provenientes de Contribuições Associativas, patrocínios e apoio institucional, não incidirá ISS, por não se tratar de prestação de serviços. O PIS é devido e recolhido na modalidade sobre a folha de pagamento na alíquota de 1%. O ISS é devido e recolhido sobre receitas provenientes de cursos e pesquisa organizacional. Desta forma os impostos de renúncia serão: COFINS de 7,6% sobre as receitas de atividades e IRPJ e CSLL de 34% sobre o superávit do exercício, quando aplicável.

A Entidade não tem obrigação de escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

As declarações de isenção de imposto de renda, às quais a Entidade está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão pelas Autoridades Fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário- trabalhistas, bem como prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais, também estão sujeitos à revisão por Autoridades Fiscais, normativas e órgãos fiscalizadores.

18 Contribuições de Associados

Os valores das contribuições anuais dos associados ao GIFE são calculados de acordo com a Política de Contribuição Associativa, apresentada na Assembleia Geral Anual do GIFE de 2025, com valores atualizados anualmente e divulgados aos associados por e-mail e no website da organização.

Os valores das contribuições de associados, no exercício de 2025, alcançaram o saldo de R\$ 6.203.076 (R\$ 4.143.740 em 2024).

19 Receitas de Atividades - Receita de projetos e convênios e eventos

As receitas de atividades são compostas, substancialmente, pelas receitas de apoios institucionais, e de doações e patrocínios a projetos especiais e aos eventos Congresso GIFE (somente nos anos pares), além de outras doações.

(a) Apoio Institucional

Os recursos recebidos a título de Apoio Institucional são destinados ao financiamento de projetos regulares, executados em conformidade com o Planejamento Estratégico da Organização, devidamente aprovado em Assembleia Geral e supervisionado pelos Conselhos de Governança e Fiscal. Em observância ao princípio da competência e às normas contábeis vigentes, os valores recebidos são registrados inicialmente no Passivo Circulante (Recursos com Restrição). O reconhecimento no resultado como receita ocorre de forma concomitante e proporcional à execução das despesas vinculadas aos referidos projetos, assegurando a correta correlação entre a origem e a aplicação dos recursos.

	2025	2024
Apoio Institucional	2.033.403	8.100.934
	2.033.403	8.100.934

(b) Natureza dos projetos e convênios - Restrito

	2025	2024
Avaliação	84.973	109.326
LEQT	1.192	-
Mudanças Climáticas	5.071	-
Movimento por Uma Cultura de Doação	194.286	214.302
Eq. Racial	95.494	49.049
Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes	-	56
Filantropia Negra	260.322	352.515
Grantmaking	8.316	18.774
Fundo BIS	1.232	-
Conjunta	165.508	75.042
Narrativas	2.452	-
RIS DF	-	1.607
RT - Saúde	504	19.066
Juventude	31.144	56.080
Políticas Equidade Racial	-	416
Cooperação	-	281
Fortalecimento	-	1.055
Congresso	3.262.201	140.594
Advocacy / FJLES	110.225	-
Clima / Itausa	176.571	6.367
Aliança	81.279	3.085
Sociedade Viva	383	-
Isp Por	2.303	-
EU/OSC	293.014	-
Institucional	-	43.333
	4.776.468	1.090.948

(c) Natureza das prestações de serviços – Líquido

	2025	2024
Pesquisa Organizacional	85.720	23.700
Patrocínio Congresso	2.830.930	20.303
Iss s/Serviços	(195.104)	(5.785)
	2.721.546	38.218

Apoio Institucional e Atividades Regulares-

Desde 2019, passamos a contar com um conjunto de apoiadores institucionais, contribuindo para a sustentabilidade financeira do GIFE e com suas atividades regulares, voltadas a lastrear o cotidiano de trabalho compartilhado na rede de associados e parceiros em favor do fortalecimento da filantropia e do investimento social privado no Brasil. Os apoiadores institucionais são associados que adicionam à contribuição associativa anual um aporte extraordinário ao longo de 3 anos. Esse apoio permite a manutenção das ações contínuas do GIFE no cumprimento da sua missão – na promoção de um ambiente aprimorado para o setor no país, no fomento do engajamento de novos atores no campo, na produção e difusão de conhecimentos e práticas de ação, no suporte à cooperação e articulação de esforços, e assim por diante. O saldo de receitas de apoio institucional totalizou R\$ 2.033.403 em 2025.

Congresso GIFE

Principal encontro sobre Investimento Social na América Latina, realizado bianualmente desde 2000, o Congresso GIFE reúne lideranças do setor, dirigentes de organizações da sociedade civil, representantes de empresas, institutos e fundações, além de acadêmicos, consultores e gestores públicos.

Esse espaço plural tem como missão promover aprendizado, conexões e trabalho colaborativo entre os diversos atores envolvidos em iniciativas sociais, culturais e ambientais. O crescimento contínuo de público e a ampliação da diversidade de participantes ao longo das edições evidenciam a relevância do Congresso na construção e renovação do diálogo entre o Investimento Social Privado (ISP) e outros setores da sociedade, dimensão essencial para o fortalecimento democrático e o desenvolvimento sustentável do país.

A 13ª edição foi realizada de 7 a 9 de maio de 2025, em Fortaleza (CE), com o tema “Desconcentrar Poder, Conhecimento e Riquezas”. Dando continuidade às reflexões sobre desigualdades estruturais, o Congresso propôs um passo adicional: discutir como o campo pode enfrentar a concentração histórica de recursos, saberes e poder decisório no Brasil, fortalecendo organizações da sociedade civil, promovendo equidade racial e de gênero e ampliando as condições para um futuro mais justo e sustentável.

Em coerência com o tema, o evento voltou a ser realizado fora do eixo Sudeste após 15 anos, reforçando o compromisso com a descentralização territorial e a ampliação das vozes presentes no debate. A edição reuniu 1.200 participantes de 20 estados brasileiros, contou com 185 palestrantes do Brasil e de outros cinco países, além de 4 plenárias, 30 mesas simultâneas e 10 atividades culturais, consolidando-se como um espaço estratégico de articulação, incidência e construção coletiva para o campo do Investimento Social.

Redes Temáticas e Regionais

A atuação em rede é um dos pilares do GIFE para fortalecer o campo da filantropia e do investimento social privado (ISP). Em 2025, o GIFE estimula e apoia a cooperação entre seus associados por meio de dois formatos complementares: as Redes de Investidores Sociais Locais (RIS) e as Redes Temáticas (RTs).

As Redes de Investidores Sociais Locais (RIS) são espaços voltados à articulação regional, promovendo o fortalecimento do setor em diferentes territórios. Atualmente, estão ativas as RIS Ceará, Distrito Federal, Mato Grosso, Paraná e Interior Paulista. Essas redes fomentam a troca de experiências, a construção de agendas comuns e a atuação conjunta a partir das especificidades locais.

Já as Redes Temáticas (RTs) são espaços de debate, articulação e colaboração sobre temas finalísticos vinculados à agenda pública e ao campo do ISP/Filantropia. Funcionam como ambientes de troca qualificada entre organizações que atuam em uma mesma temática, permitindo o compartilhamento de aprendizados, a soma de expertises e a construção de estratégias coletivas. Em 2025, estão ativas as seguintes Redes Temáticas: Equidade Racial; Juventudes; Saúde; Avaliação (Agenda de Avaliação); Grantmaking; Investimentos em Negócios de Impacto e Grupo de Conhecimento. Essas redes ampliam a capacidade de atuação coletiva, estimulam a inovação e fortalecem a conexão entre organizações, contribuindo para enfrentar desafios complexos com maior escala, efetividade e impacto.

EU/OSC - Projeto Plataforma para Defesa e Fortalecimento das OSC

A Plataforma para Defesa e Fortalecimento das OSC (2024–2028) é uma iniciativa financiada pela União Europeia e coordenada pela Cáritas Brasileira, em parceria com ELO, Esquel, UNICOPAS e GIFE. O projeto tem como objetivo ampliar a capacidade de incidência política e a sustentabilidade das organizações da sociedade civil (OSCs) no Brasil, por meio de formação, produção de conhecimento, comunicação estratégica e apoio territorial, contribuindo para a implementação da Agenda do MROSC e para o fortalecimento da democracia e dos direitos humanos. No âmbito da iniciativa, busca-se aumentar a sensibilização e o compromisso da filantropia e dos investidores sociais privados com o fortalecimento das OSCs, mobilizando institutos, fundações e empresas para essa agenda. Entre as ações previstas estão o desenvolvimento de ferramentas e pesquisas para aprimorar práticas de doação e grantmaking, a promoção de debates e articulações entre ISP e OSCs, mobilizações regionais para diagnóstico da implementação da Lei 13.019/2014 e ações de incidência voltadas ao aperfeiçoamento do ambiente legal e dos incentivos à cultura de doação.

Avaliação

A Agenda de Avaliação tem como objetivo fomentar a cultura avaliativa entre os associados do GIFE, qualificando e disseminando práticas de monitoramento e avaliação no campo do investimento social privado e das organizações da sociedade civil. Liderada com apoio da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, a iniciativa promove formação, desenvolvimento técnico e disponibiliza conteúdos, oportunidades e atualizações estratégicas para o setor.

Mudanças Climáticas

O GIFE fortalece a agenda climática por meio do engajamento do investimento social privado em ações voltadas às mudanças climáticas. Em 2025, participou da Missão à COP 28, reunindo associados e parceiros comprometidos com o avanço da pauta ambiental, ampliando a articulação internacional e o posicionamento estratégico do setor na agenda climática.

Equidade Racial

A Rede de Equidade Racial articula investidores sociais na promoção da justiça racial e no combate ao racismo, por meio de encontros formativos, troca de experiências, produção de conhecimento e estímulo à adoção de políticas internas de equidade. Conta com organizações mobilizadoras como Fundação Tide Setúbal, Instituto Unibanco, Itaú Social, Instituto Ibirapitanga, Open Society Foundations, Fundação Ford e Fundação Roberto Marinho.

Filantropia Negra – Black Philanthropy Month (BPM)

O GIFE realiza no Brasil o Mês da Filantropia Negra (Black Philanthropy Month – BPM), movimento internacional criado nos Estados Unidos em 2011 com o objetivo de valorizar a prática filantrópica de pessoas negras e reforçar a importância da equidade racial no investimento social. Desde 2021, o Brasil integra oficialmente essa mobilização global, que ocorre anualmente no mês de agosto e reúne iniciativas em países como EUA, Canadá, África e Caribe. A iniciativa busca fortalecer a agenda de justiça racial no campo da filantropia, promovendo debates, articulações e mobilização de recursos para organizações e lideranças negras. Ao longo dos anos, o BPM no Brasil tem pautado temas estratégicos para o avanço da equidade racial, consolidando-se como um espaço de visibilidade, reflexão e incidência sobre o papel da filantropia na promoção de direitos e na superação das desigualdades raciais.

Grantmaking / GrantLab

A Plataforma GrantLab, lançada em 2020, promove a prática de grantmaking no Brasil por meio da disponibilização de conteúdos, guias, cases e materiais de referência, fortalecendo práticas de doação mais estratégicas e sustentáveis.

Narrativas

A Rede Narrativas é uma iniciativa voltada ao fortalecimento das narrativas públicas sobre o investimento social privado e a atuação das organizações da sociedade civil. Seu objetivo é ampliar a capacidade do setor de comunicar sua relevância, seus impactos e seus valores, contribuindo para qualificar o debate público e fortalecer a legitimidade da sociedade civil na promoção de direitos e na consolidação da democracia.

Políticas Equidade Racial

A frente de Políticas de Equidade Racial apoia os associados do GIFE na incorporação de práticas antirracistas e no fortalecimento de políticas institucionais voltadas à promoção da equidade racial. Destaca-se a mentoria realizada em parceria com o CEERT, que oferece letramento racial e apoio técnico para que as organizações aprimorem suas políticas, práticas internas e estratégias de atuação, avançando de forma estruturada na agenda de justiça racial.

Advocacy / FJLES

O GIFE atua pela promoção de um ambiente legal e regulatório favorável às OSCs e ao investimento social privado, incidindo em agendas como reforma tributária, incentivos fiscais e fortalecimento do marco regulatório.

Clima / Itaúsa

A frente Clima / Itaúsa fortalece a agenda climática no campo do investimento social privado, estimulando o engajamento de empresas, institutos e fundações na incorporação da pauta ambiental às suas estratégias. A iniciativa promove articulação, produção de conhecimento e colaboração entre associados, contribuindo para integrar sustentabilidade e justiça climática às agendas do setor.

Alliance

O GIFE é representante no Brasil da Alliance magazine, publicação internacional de referência no campo da filantropia e do investimento social. A revista reúne análises, pesquisas e reflexões de especialistas de diferentes países sobre tendências, desafios e inovações do setor.

Sociedade Viva

Lançada em 2020, a plataforma Sociedade Viva foi criada para fortalecer narrativas públicas sobre o terceiro setor e ampliar o reconhecimento da sociedade civil junto à opinião pública.

Pesquisa Organizacional

Bianual, esta pesquisa tem como foco mapear as principais práticas de gestão de pessoas e equipes, e a estrutura de cargos, salários e benefícios das organizações participantes, com o objetivo de fornecer dados e análises que possam orientar o aprimoramento de seus processos internos.

Censo GIFE

Produzido a cada dois anos desde 2001, o Censo GIFE é uma pesquisa bienal quantitativa, autodeclaratória e voluntária, que fornece um panorama sobre recursos, estrutura, formas de atuação e estratégias das empresas e dos institutos e fundações empresariais, familiares e independentes que destinam recursos privados para projetos de finalidade pública. A partir dos dados das instituições associadas, o Censo tem o intuito de contribuir com o planejamento, estruturação e qualificação da atuação dos investidores sociais.

Movimento por uma Cultura de Doação

O Movimento busca fortalecer e ampliar a cultura de doação no Brasil, promovendo articulação entre atores do campo, disseminação de conhecimento e estímulo à mobilização de recursos privados para organizações da sociedade civil.

Conjunta

A Plataforma Conjunta é uma iniciativa estratégica de cooperação entre o GIFE e diversas organizações da sociedade civil e de apoio institucional, cujo propósito é ampliar o fortalecimento, a atuação e a sustentabilidade das organizações da sociedade civil (OSCs) no Brasil. Por meio dessa plataforma, o GIFE contribui para a construção de agendas comuns que promovem maior reconhecimento, estruturação e qualificação da atuação das OSCs, reforçando a importância da sociedade civil como pilar da democracia e do desenvolvimento social.

20 Custos e Despesas com Pessoal

Salários, 13º Salário, Férias, Indenizações	(2.469.565)	(2.097.313)
INSS	(602.644)	(449.576)
FGTS	(216.940)	(160.363)
PIS Sobre Folha de Pagamento	(23.642)	(19.641)
Benefícios	(431.291)	(332.338)
Total Custos	(3.744.083)	(3.059.230)
Salários, 13º Salário, Férias, Indenizações	(665.089)	(708.187)
INSS	(164.663)	(177.217)
FGTS	(52.512)	(54.946)
PIS Sobre Folha de Pagamento	(6.492)	(6.990)
Benefícios	(189.868)	(169.837)
Total Despesas	(1.078.624)	(1.117.177)

21 Custo e Despesas Gerais e Administrativas

	2025	2024
Serviços de terceiros	(2.922.669)	(1.320.728)
Funcionamento	(2.842)	(26)
Infraestrutura	(368.832)	(152.369)
Suprimentos	(4.871)	(935)
Reuniões	(1.279.756)	(176.578)
Viagens	(905.904)	(546.150)
Comunicação	(1.715.727)	(1.029.569)
Total Custos	(7.200.601)	(3.226.355)
Serviços de terceiros	(734.325)	(579.654)
Funcionamento	(110.144)	(107.256)
Infraestrutura	(64.402)	(60.000)
Suprimentos	(35.170)	(26.156)
Reuniões	(53.775)	(55.653)
Viagens	(84)	(761)
Comunicação	(6.650)	(585)
Total Despesas	(1.004.551)	(830.064)

22 Resultado Financeiro

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Rendimento do Fundo Patrimonial	1.615.145	764.809
Rendimento sobre Aplicações Financeiras	1.821.985	1.032.774
Outras Receitas Financeiras	20.071	106.708
Total Receitas	3.457.201	1.904.290
Custo Financeiro		
Despesas Bancárias	(14.410)	(27)
IOF/IOC	(2.593)	(1)
IR Sobre Aplicações Financeiras	(1.936)	-
Outros Custos Financeiros	(9.211)	(64.057)
Total Custo	(28.150)	(64.085)
Despesa Financeira		
Despesas Bancárias	(6.967)	(28.452)
IOF/IOC	(10.531)	(4.734)
IR Sobre Aplicações Financeiras	(512.609)	(116.903)
Outras Despesas Financeiras	(1.377)	(4.046)
Total Despesas	(531.485)	(154.134)

23 Gratuidades recebidas e trabalhos voluntários ou Pro-Bono

Descrição	2025	2024
Conselheiros	54.394	41.391

Conforme estabelecido no item 19 da ITG 2002 (R1) e na Resolução do CFC nº 1.409/2012, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar.

As gratuidades e trabalhos voluntários ou pro-bono identificados pela Administração como tendo sido prestados no exercício de 2025, bem como o seu valor justo, podem ser assim descritos e estão registrados na demonstração do resultado nas contas de “Receitas de trabalho voluntário” e de “Custos e despesas com trabalho voluntário”.

O valor justo dos trabalhos voluntários descritos acima foi determinado a partir do valor que o GIFE estaria disposto a pagar a um terceiro para que ele prestasse o mesmo serviço prestado pelo voluntário.

Nesse sentido a Administração fez sua melhor estimativa de valor justo com base em informações do próprio prestador de serviço, uma vez que, em geral, ele também presta o mesmo serviço para outras entidades, mas com remuneração e/ou com base em informações de mercado, especialmente no caso da prestação de serviços para a qual há um mercado ativo e maduro, no qual as informações sobre o custo dos serviços são amplamente divulgadas ou de fácil obtenção, sempre considerando o porte e a complexidade das operações da Entidade.

24 Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Entidade não efetuou operações com derivativos.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um associado ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade e representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa e outros créditos.

	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.762.795	10.760.909
Recursos vinculados a projetos	5	1.076.996	1.870.970
Fundo Patrimonial (CDB DI)	6	11.372.154	9.595.103
Outros créditos	7	136.203	51.921
		<u>27.348.148</u>	<u>22.278.903</u>

Caixa e equivalentes de Caixa e ativos financeiros para negociação

A política de gestão de risco corporativo determina que a Entidade avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como proposta de mitigar o risco. As estratégias de mitigação de risco são executadas com o objetivo de reduzir o risco com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos. A Entidade possui aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Contas a receber

O risco de crédito é, principalmente, gerenciado pelas contraprestações provenientes de emissão do recebimento das contribuições associativas. Não há concentração de risco de crédito no nosso modelo das atividades da Entidade.

Fundo Patrimonial (CDB-DI)

Neste caso, o risco de crédito ocorre quando a Instituição Financeira que faz a emissão do papel, não possui capacidade de honrar com o compromisso com os investidores.

Outros créditos

De modo geral, o risco de crédito de outras contas a receber é o risco devido à incerteza na capacidade da contraparte em cumprir as suas obrigações. Do ponto de vista do risco de crédito, a Entidade avalia cada contraparte e gerência individualmente este risco.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

d. Política de gestão de riscos

A Entidade possui uma política para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da Administração, que se utiliza de instrumentos de controle e profissionais capacitados na mensuração, na análise e na gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

e. Hierarquia de valor justo

A seção 11 do Pronunciamento técnico PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O Pronunciamento técnico PME descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1**– A melhor evidência do valor justo é o preço cotado para ativo idêntico (ou ativo similar) em mercado ativo. Este normalmente é o preço corrente de compra;
- **Nível 2** - Quando os preços cotados estão indisponíveis, o preço de contrato de venda fechado ou transação recente para ativo idêntico (ou ativo similar) em transação em bases usuais de mercado entre partes conhecedoras e interessadas fornece evidência de valor justo;
- **Nível 3** – Se o mercado para o ativo não está ativo e quaisquer contratos de venda fechados ou as transações recentes envolvendo ativo idêntico (ou ativo similar) por si só não são uma boa estimativa de valor justo, a entidade deve estimar o valor justo utilizando outra técnica de mensuração.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras e fundo patrimonial).

25 Avais, fianças e garantias

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante o exercício de 2025 e 2024.

26 Eventos Subsequentes

A Lei Complementar nº 224, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e os critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia concedidos pela União, estabelecendo, entre outros pontos, uma redução linear de 10% sobre benefícios classificados como gastos tributários da União, relativos a tributos como PIS, Cofins, IPI, IRPJ, CSLL, Imposto de Importação e contribuição previdenciária patronal. Além disso, a norma alterou dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal e de outras legislações correlatas, com impacto direto em setores que usufruem de incentivos fiscais.

No entanto cumpre esclarecer que a entidade não se encontra abrangida pelos efeitos da referida norma, uma vez que possui qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), conforme legislação vigente.

Adicionalmente, destaca-se que a Receita Federal do Brasil, por meio de Instrução Normativa específica, incluiu todas as entidades sem fins lucrativos no rol de exclusão previsto, reforçando a não aplicabilidade das exigências da LC nº 224/2025 à presente entidade.

Dessa forma, não há impactos relevantes decorrentes da mencionada legislação sobre as demonstrações contábeis ora apresentadas.

* * *